

QUESTÕES DE GÊNERO NA ESCOLA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO DISCURSO DE FIGURAS POLÍTICAS

João Luiz Pedrosa da Silva¹, Igor Magalhães Moreira²

¹Mestrando em Educação/Universidade Federal de Viçosa/ Departamento de Educação
/joaoluizpedrosa@gmail.com

²Licenciado em Geografia/Universidade de São Paulo/ Departamento de Educação
/igor.magalhaes.moreira@gmail.com

Resumo: Utilizando publicações de Louro (1998 e 2008) e Freire (1988), o presente trabalho pretende compreender como as alterações políticas dos últimos anos fortaleceram o embate às questões de gênero na sociedade, e principalmente nas escolas brasileiras. Buscamos ainda, entender a partir de autores como Chareudeau (2011), qual o fenômeno anunciado por trás dos discursos de figuras políticas acerca da temática, compreendendo os contextos das organizações e instituições modernas que tonalizam as estratégias discursivas desses atores no Brasil Contemporâneo.

Palavras-chave: gênero, escola, política, discurso, organizações modernas.

1. Introdução

A temática das questões de gênero e sexualidade perpassam o ambiente escolar cotidianamente. Nesse sentido, a escola se torna um espaço onde as diferenças se tonalizam, sobretudo nos últimos anos, tendo diversos projetos conservadores colocados em disputa no âmbito político para barrar os estudos de gênero e sexualidade nas escolas brasileiras.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2015, publicou a Pesquisa Nacional de Saúde Escolar, apontando que aproximadamente 47% dos estudantes entrevistados já sofreram algum tipo de discriminação na escola. Na mesma linha, o Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, publicou dados retirados da Pesquisa Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar, registrando que 99,3% dos entrevistados assumem ter algum tipo de preconceito sendo 38% em relação ao gênero.

Se segundo Freire (1988) é na escola onde cidadãos críticos e éticos serão formados, os dados apresentam a necessidade alarmante de tratarem as questões de gênero e sexualidade. Entretanto, o movimento que enxergamos se anunciar no tecido social é contrário ao que



apresentamos aqui.

Vestidas de “ideologia de gênero”, ou até mesmo “kit gay” – nome pejorativo dado ao projeto Escola sem Homofobia, figuras políticas conservadoras e que detêm de poderes decisivos no âmbito político nacional, começam a barrar as políticas públicas que são, ou tentam ser implementadas com o intuito de minimização da discriminação de gênero na sociedade.

Mesmo alguns documentos oficiais da educação como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’s) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) adicionando ao seu texto final a necessidade do ensino de diversidade e pluralidade, esses mesmos documentos também são formulados por sujeitos vinculados a algumas das grandes organizações e instituições modernas que ao mesmo tempo compactuam com o combate aos estudos de gênero.

Desta forma, precisamos compreender o fenômeno social que está por trás do discursos de embate a essa temática e que apontam um novo contexto político-social no Brasil, questionando as posições historicamente construídas.

2. Anúncios de uma “Nova Era”

Nomeada pelo presidente Jair Bolsonaro, a Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, em sua posse, proferiu o discurso onde anuncia que: “Atenção! Atenção! É uma nova era no Brasil, meninos vestem azul, e meninas vestem rosa”. Nesse sentido, é possível levantarmos algumas hipóteses sobre o que é dito pela ministra em sua fala: 1) o resgate das tradições religiosas como justificativa para reestruturação de uma ordem; 2) Estratégias discursivas de mortificação das questões de gênero na sociedade e sobretudo na escola, como forma de se instaurar um “medo generalizado” que ameace a estrutura social heteronormativa. Louro (1998) apresenta a reflexão de que:

É indispensável admitir que a escola, como qualquer outra instância social, é, queiramos ou não, um espaço sexualizado e generificado. Na instituição escolar, estão presentes as concepções de gênero e sexuais que, histórica e socialmente, constituem uma determinada sociedade. A instituição, por outro lado, é uma ativa constituidora de identidades de gênero sexuais. (LOURO, 1998, pg 88-89)



Quando a ministra Damares Alves, anuncia um “nova era”, precisamos compreender que sua narrativa é relacionada a uma sequência de diferentes ações políticas. Se voltarmos alguns anos, o debate do “kit gay” levantado pelo – na época – deputado Jair Bolsonaro, aparece como estratégia de campanha com a justificativa de que: discutir a problemática da homofobia na escola tem a potencialidade de sexualizar as crianças. O projeto “Escola sem partido”, por exemplo, levantado no ano 2016, faz parte dessa sucessão de diferentes acontecimentos que barram o debate e fazem com que o discurso de Damares tenha força alguns anos depois.

O discurso é a uma ferramenta de batalha dentro do jogo político, onde disputas são travadas e acirradas em dados contextos. Ele é capaz de convencer determinado grupo ou sujeito de que o que é dito representa uma verdade absoluta. E muito disso é possível observar quando figuras políticas como Jair Bolsonaro ou Damares fazem suas narrativas sobre a temática de gênero. O que percebemos é toda uma movimentação coletiva de indivíduos que se familiarizam com aquele discurso.

Nessa linha que Charaudeau (2006), apresenta que o discurso político pode ser entendido como um compilado de pensamentos, ações e ideais que exprimem a posição de uma relação de poder que é construída, onde a narrativa política pode emergir um novo contexto e uma nova realidade social, é quando o discurso toma o lugar da ação.

O discurso político não esgota, de forma alguma, todo o conceito político, mas não há política sem discurso. Este é constitutivo daquela. A linguagem é o que motiva a ação, a orienta e lhe dá sentido. A política depende da ação e se inscreve constitutivamente nas relações de influência social. (CHARAUDEAU. 2011, 39)

O discurso não se finaliza por si só, e nem precisa ser executado para que se torne uma verdade, mas pode fornecer os aparatos necessários para que a ação seja realizada . Em Setembro de 2019, o governador do estado de São Paulo João Dória, mandou que livros didáticos das escolas públicas fossem recolhidos por abordarem questões referentes a identidade de gênero e orientação sexual, em entrevista o governador disse que "Não concordamos e nem aceitamos apologia à ideologia de gênero".

A utilização do poder enquanto governador, retira o caráter participativo da população dentro do processo educativo. O enfrentamento das questões de gênero pelas figuras políticas e as organizações modernas também pode ser entendido como uma ameaça à ordem social pré



estabelecida, que considera padrões heteronormativos enquanto normalidade e desconsiderando as diferenças que emergem no espaço público.

3. Reconhecimento da situação de opressão como forma de resistência

Na maior parte das dinâmicas supracitadas no tópico anterior, os sujeitos não se enxergam enquanto objetos de manobra para fortalecimento das decisões políticas. Isto implica no que Freire (1988) apresenta enquanto reconhecimento crítico a sua situação de opressão. O grande problema está em como poderão os oprimidos que “hospedam” o opressor em si, participar da elaboração, como seres duplos, inautênticos, da pedagogia de sua libertação (Freire, 1988, pg. 32).

O “pânico moral” que criam acerca dos estudos de gênero e sexualidade pode ser enxergado enquanto ameaça, mesmo que progressivamente estejam sendo libertos – nos termos de Freire, de sua condição de opressão. Nesta linha, Louro (2008) apresenta reflexões sobre as condições de visibilidade e aceitação.

A visibilidade que todos esses novos grupos adquiriram pode ser, eventualmente, interpretada como um atestado de sua progressiva aceitação. [...] Não podemos tomar de modo ingênuo essa visibilidade. Se, por um lado, alguns setores sociais passam a demonstrar uma crescente aceitação da pluralidade sexual e, até mesmo, passam a consumir alguns de seus produtos culturais, por outro lado, setores tradicionais renovam (e recrudescem) seus ataques, realizando desde campanhas de retomada dos valores tradicionais da família até manifestações de extrema agressão e violência física. (LOURO, 2008, pg. 21)

O texto de Louro (2008) nos remete ao fato de quando o discurso caloroso e enfático, toma o lugar da ação e gera uma série de reverberações no espaço público que ultrapassam seu limite discursivo. Pois compreender a situação de opressão na qual se encontra, cobra do poder público e do Estado que esses indivíduos sejam parte do processo de tomada de decisão e da elaboração de políticas públicas.

As experiências, as explicações do mundo, são capazes de nos organizarem de tal forma a pensar um novo projeto social para o Brasil, que valorize as diferenças, que entendam suas condições de existência e que possam se manifestar sem condições hierarquizantes.

Considerações Finais

De certo modo, o avanço de políticas conservadoras no Brasil e na América Latina, propõem um modelo ideal de progresso a essas sociedades. Motivadas por uma ideia de controle dos corpos e desejos. Nessa perspectiva, enxergamos surgir no tecido social e no espaço público formas estratégicas de apagamento dessas diferenças. As questões de gênero e sexualidade, que abordam pontos urgentes na sociedade brasileira, passam a ser enfrentadas como objeto de intimidação, é nesse sentido que grandes organizações, como o próprio Estado, elaboram estratégias que aparecem no discurso de figuras políticas para barrarem sua potencialidade.

Anunciam uma “nova era”, isto é, propõem uma nova configuração para o trato dessas questões no ambiente escolar, contribuindo para a manutenção de um conhecimento que não atinge de fato a democratização da cultura e do ensino. Cabe ao poder público elaborar formas pragmáticas que relacionem a experiência desses sujeitos com suas relações com a escola e a sociedade.

Nosso esforço nesse texto, é gerar uma reflexão acerca da temática aqui proposta, haja vista que se tona um tema latente e urgente a toda estrutura social brasileira em busca de uma educação que seja de fato emancipatória e ontologicamente crítica.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's)**, Brasília, MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**, MEC, 2019.

BRASIL. **Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**, 2016. <
<http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/noticias/genero-e-o-maior-motivo-de-discriminacao-nas-escolas-brasileiras/>> acesso set/2019.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2011.



FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, 18.^a edição.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional de saúde escolar**. Rio de Janeiro: IBGE 2016.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós estruturalista. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda., 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Sexualidade: lições da escola. In: MEYER, D. E. E. (Org). **Saúde e sexualidade na escola**. Porto Alegre: Mediação, 1998. (Cadernos Educação Básica;4). p.85-95.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas, **Pro-Posições**, v. 19, n. 2 (56) - maio/ago. 2008.